

Partidos políticos, representação e processo eleitoral no Brasil, 1945-1978*

Bolívar Lamounier**
Maria D'Alva Gil Kinzo***

A delimitação do tema a que se refere a presente bibliografia não é tarefa das mais fáceis. Desde logo, e ao contrário do que acontece em outras áreas de investigação em ciências sociais, não é aqui muito clara a conveniência de excluir estudos de cunho normativo ou jurídico. Incluí-los sistematicamente, por outro lado, tornaria inexecutável a nossa tarefa. Deve-se também lembrar, e isto é particularmente válido no tocante à análise de dados eleitorais, que as diferenças de qualidade são aqui consideráveis. Tratando-se de um campo de estudos com pouca tradição no Brasil, não dispomos ainda de análises exaustivas e metodologicamente padronizadas dos dados existentes. Pareceu-nos portanto mais conveniente, proceder a uma listagem tanto quanto possível completa. Mesmo assim, persistem muitas lacunas, que serão indicadas no texto, e persiste também a exclusão quase total de trabalhos de natureza jornalística, e de memórias e depoimentos feitos por atores políticos.

Isto posto, quais são os itens *incluídos* neste levantamento bibliográfico? Como se verá a seguir, os autores acham-se ordenados alfabeticamente *dentro* de algumas categorias, a saber: Paradigmas e principais fontes de referência; Representação:

* Resenha publicada no BIB n. 5.

** Bolívar Lamounier é pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) de São Paulo.

*** Maria D'Alva Gil Kinzo é pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) de São Paulo.

aspectos institucionais; Representação: recrutamento político e atuação parlamentar dos partidos; Partidos: organização e ideologia; Comportamento eleitoral e atitudes políticas. Uma palavra sobre cada uma destas categorias facilitará a consulta ao material bibliográfico.

Paradigmas e principais fontes de referência

Nesta categoria foram incluídos dois tipos de textos. De um lado, obras que influenciaram ou refletiram decisivamente os termos do debate político e acadêmico sobre as instituições políticas do país no período considerado. De outro, trabalhos de pesquisa que, pela sua amplitude, devem ser considerados como fontes de referência indispensáveis. No primeiro caso, isto é, no que diz respeito aos paradigmas, não se alimenta aqui qualquer pretensão de haver exaurido o terreno. Sabe-se que a tradição brasileira de ciências sociais sempre deu grande destaque à elaboração de paradigmas interpretativos, e que o fez sempre atenta à inter-relação dos aspectos políticos, econômicos e culturais, de tal forma que um levantamento exaustivo neste campo praticamente se confunde com uma história das ciências sociais no país. Não obstante, parece-nos que a seleção feita, se não exaure, ao menos *representa* o período considerado em seus principais momentos e na variedade das inspirações ideológicas que efetivamente tiveram vigência neste campo de estudos. Os trabalhos de Nunes Leal (1949), Guerreiro Ramos (1956 e 1961), Jaguaribe (1950, 1961 e 1962), Melo Franco (1965), Carvalho (1958), para citar apenas alguns, fizeram a ponte entre as preocupações clássicas do pensamento político brasileiro e os dilemas práticos que se foram apresentando sob o regime da Constituição de 1946. Da mesma forma que os críticos da República Velha haviam denunciado o descompasso entre o país "legal" e o país "real", também estes se mostraram atentos ao relativo artificialismo dos partidos, ao seu pouco enraizamento como veículos para a participação política dos cidadãos, e sobretudo à persistência de um *apartheid* político-eleitoral entre o interior, de um lado, e os grandes centros urbano-industriais, de outro. A forma geral do argumento é bem conhecida, mas não custa repeti-la: temiam os críticos do regime de 1946 que as organizações partidárias não se mostrassem atentas às demandas e necessidades do Brasil "moderno", das grandes concentrações urbano-industriais, no sentido de representá-las, e aos requisitos de consistência e eficácia que se impunham à ação do Estado como promotor do desenvolvimento. Deu-se, assim, uma convergência de preocupações entre alguns autores, como Orlando de Carvalho, cuja atenção se voltava primordial-

mente para o problema da representatividade dos partidos, e outros, hoje denominados “desenvolvimentistas”, para quem a representatividade só se poderia instaurar efetivamente caso os partidos se tornassem ideologicamente diferenciados em torno das grandes questões do desenvolvimento econômico, do planejamento e do papel do Estado.

Política de “clientela” *versus* política “ideológica”: foi esta, sem dúvida, a marca registrada, o *leit motiv* dessa geração de críticos do sistema partidário de 1946. Retrospectivamente, porém, não é difícil perceber que sua tese ia às vezes um pouco longe, e confundia-se em parte com outros motivos de descrença. Confundia-se, em particular, com a crítica daqueles que davam maior prioridade ao fortalecimento do Estado como agente econômico do que ao desenvolvimento de instituições e práticas democráticas. Por isto mesmo, é indispensável salientar aqui o trabalho pioneiro e isolado de alguns pesquisadores que foram aos poucos repondo esta problemática em termos empíricos mais apropriados, mostrando que, bem ou mal, os partidos não eram fantasmagorias sem nexos. Cabe em primeiro lugar uma referência aos trabalhos de Orlando de Carvalho, que já em 1958 mostrava o “declínio dos partidos conservadores”, em plano nacional, e mesmo a atenuação das clivagens familísticas ao nível local. A *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (doravante citada apenas como *RBEP*), obra sua, é hoje um precioso repositório de estudos eleitorais e institucionais, e também de monografias sobre poder local. É bem verdade que a qualidade dos trabalhos nela publicados é muito desigual, se pensarmos em termos de metodologia acadêmica rigorosa, mas seu valor histórico é, apesar de tudo, inestimável.

Nesta mesma linha de raciocínio, cumpre destacar os trabalhos de Gláucio Soares, cuja contribuição foi desde o início no sentido de mostrar que os partidos, e mesmo os principais líderes populistas, tinham bases sociais e ideológicas diferenciadas; que até mesmo o fenômeno das numerosíssimas coligações eleitorais, vistas por muitos como manifestação de alguma patologia política nacional, poderia ser compreendido como decorrência perfeitamente racional das regras de jogo então vigentes; e, finalmente, que a experiência político-partidária de 1945 a 1964 correspondeu, bem ou mal, a um processo de expansão da cidadania e da participação política.

De 1965 a 1974, ou seja, com a dissolução dos antigos partidos e o advento de um regime nitidamente autoritário, os estudos eleitorais, cujo prestígio acadêmico nunca fora dos mais altos, passaram por uma desvalorização ainda maior. Neste

sentido, é do maior interesse destacar o renovado vigor com que esses estudos vêm agora reaparecendo. Deve-se entretanto salientar que, mesmo no interregno autoritário a que há pouco nos referimos, continuou-se a produzir textos "paradigmáticos" muitíssimo úteis para a compreensão do sistema político e da dinâmica partidária. A coletânea editada em 1965 por Octávio Ianni, sob o título de *Política e revolução social no Brasil*, em particular as contribuições que a ela fizeram Francisco C. Wefort e Paul Singer, revalorizou bastante a problemática do populismo e dos partidos num campo de análise de inspiração marxista. Aí também já se encontra um questionamento da velha tese segundo a qual os partidos do regime de 1946 teriam sido inteiramente amorfos e indiferenciados em suas conexões sociais e ideológicas. Schwartzman (1970) e Cintra (1974) trouxeram mais uma vez à baila, atualizando-os à luz das novas condições políticas, alguns temas clássicos da consciência histórica brasileira. A tese do primeiro inscreve-se na tradição de Raymundo Faoro (*Os donos do poder*, 1958), reafirmando a preeminência do Estado sobre a sociedade civil, ou da cooptação sobre a representação, como veio principal da história política brasileira. Cintra elabora um modelo das relações centro-periferia e através dele retoma a questão do coronelismo, de um poder central que, embora fortalecido, necessita compor-se com os remanescentes locais da dominação privada. Nesta ótica, os processos de *mediação* entre os dois pólos ganham relevo analítico como um dos principais nervos do processo político global, em vez de permanecerem como uma espécie de crônica das patologias herdadas da era colonial. Cardoso (1973), Lafer (1975) e Linz (1973) fizeram contribuições decisivas para a compreensão do regime autoritário, dos grupos sociais que lhe deram suporte, de seu *modus operandi* como sistema político, e sobretudo, no caso de Linz, dos limites dentro dos quais poderia ele assegurar alguma legitimidade.

Como foi dito anteriormente, não nos moveu qualquer pretensão de exaurir a produção relevante ao nível dos *paradigmas*, mas apenas a de representá-la. Observe-se, além disso, que os itens acima citados não necessariamente contêm referências específicas à problemática eleitoral e partidária. Neste sentido, cumpre reiterar a existência de um pequeno conjunto de obras no qual se percebe com especial clareza a intenção de revigorar o campo de estudos a que nos referimos no título deste ensaio. Sem perder de vista os problemas mais amplos da organização política e institucional do país, esse conjunto de obras preocupa-se em apoiar a discussão sobre partidos e eleições em bases empíricas mais sistemáticas e num tratamento metodológico mais

rigoroso. No âmbito da produção já divulgada em livros, merece destaque o de Gláucio Soares, *Sociedade e política no Brasil*, 1973; o de Simon Schwartzman, *São Paulo e o Estado Nacional*, 1974; o de Bolívar Lamounier e Fernando H. Cardoso, *Os partidos e as eleições no Brasil*, 1975, 1.^a edição; o de Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e partidos no Brasil*, 1976; e um quinto, organizado por Fábio Wanderley Reis, *Os partidos e o regime*, a ser brevemente publicado pela Editora Símbolo. Sob a forma de artigos, é oportuno chamar a atenção para o debate publicado pela revista *Dados* em seu número 14, sob o título "As eleições e o problema institucional", aproveitando a experiência de um seminário promovido em novembro de 1975 pelo Departamento de Ciência Política da UFMG (ver Cardoso, 1977; Reis, 1977; Santos, 1977; e Schwartzman, 1977). Finalmente, entre as teses acadêmicas ainda não publicadas e que se referem de maneira bastante próxima à problemática partidária e eleitoral, a de Phyllis Petersen é ainda uma das principais fontes descritivas sobre o período multipartidário.

Representação: aspectos institucionais

Dissemos acima que a literatura sobre os partidos do período 1945-1965 refletiu muitas vezes a descrença que eles evocavam em certos setores da população. Há mesmo lugar para a hipótese (ver Souza, 1976) segundo a qual muito do que se disse dos partidos naquela época inspirou-se numa ideologia *antipartidária* previamente existente, e não numa avaliação desapassionada de seu desempenho. Uma rápida investigação sugere, dentro da mesma ordem de idéias, que a literatura sociológica dos anos 50 trabalhava com pressupostos muito frouxos sobre o problema da representação política, ou mesmo com pressupostos de sabor populista-plebiscitário, como se a participação popular e a democracia tivessem melhores chances de se tornarem "autênticas" através de processos de mobilização espontânea, à margem das normas institucionais que regulam e canalizam a representação. Se a isto acrescentarmos uma espécie de *doença infantil* das ciências sociais — uma tendência a despachar como mera e irrelevante "superestrutura" tudo o que se referisse aos aspectos institucionais do regime — compreendemos facilmente por que o debate sobre a representação permaneceu nos anos cinquenta como uma atribuição quase exclusiva de juristas e de pessoas com experiência direta em cargos políticos, principalmente no legislativo e no judiciário. Compreende-se, também, que a maioria dos trabalhos que se referem a este tema tenha sido produto de debates, de mesas-redondas, ou de sugestões para reformas na legislação. Reuni-los, hoje,

não é tarefa simples, razão pela qual as indicações feitas sob esta rubrica são apenas exemplificadas, tendo em vista salientar a existência de um debate sobre a representação durante o período considerado. Contudo, pareceu-nos oportuno incluir aqui algumas referências clássicas, como Soares de Souza (1872), Assis Brasil (1931), Amado (1969). Entre os textos produzidos sob a vigência da Constituição de 1946, incluímos alguns de escasso valor analítico, mas que se singularizam por haverem sido produzidos sob o patrocínio de grupos de interesse: é o caso de Martins (1956), uma coletânea de debates publicada sob a égide da Federação do Comércio de São Paulo. Deve-se também salientar que o interesse por esta temática se vem ampliando e que a tradicional divisão entre juristas e sociólogos tende a atenuar-se. Britto (1965) e Cavalcanti (1975) são discussões muito úteis sobre representação proporcional ou distrital. Soares (1971 e 1973) é um excelente estudo sobre os efeitos do artigo 58 da Constituição de 1946, que estabelece o *quantum* da representação de cada Estado na Câmara Federal. Maria do Carmo Campello de Souza, no livro anteriormente citado, apresenta informações preciosas sobre a origem política desse dispositivo na Constituinte. Uma proposta de alterar o sistema brasileiro de representação política, adaptando-o, provavelmente, a um padrão político menos democrático do que o vislumbrado pelos constituintes de 1946, é apresentada por Ferreira (1972) e criticada por Schwartzman no último capítulo de *São Paulo e o Estado Nacional* (1974).

Representação: recrutamento político e atuação parlamentar dos partidos

O tema da representação não se esgota, é claro, nas normas institucionais que a definem e canalizam. Ele abrange também a questão do poder e das funções do legislativo no conjunto do sistema político, os processos de recrutamento para postos eletivos, e a atuação dos partidos como *policy-makers* e como formadores de opinião. É interessante observar que este capítulo da nossa problemática só recentemente se vem expandindo, e, em particular, adquirindo uma orientação sistemática de pesquisa. Uma hipótese provisória sobre esse atraso poderia ser a de que a anterior descrença sobre os partidos e o plebiscitarismo implícito no tratamento sociológico da representação contribuíram para manter durante muito tempo uma visão estereotipada do legislativo como abrigo de interesses oligárquicos ou clientelistas. O papel do legislativo era visto, ora em termos puramente jurídico-formais, dentro da teoria clássica da separação de po-

deres, ora como o extremo-oposto: como *locus* de interesses inteiramente particularísticos. Assim, na era do “desenvolvimento”, era comum encontrarem-se referências ao Congresso que o situavam única e exclusivamente na categoria de “obstáculo político” ao planejamento. O legislativo real, corpóreo, no qual tinham assento políticos de carne e osso, repugnava igualmente a teóricos de esquerda e a tecnocratas de direita. Aos primeiros, na medida em que era visto como um veto antecipado a todo e qualquer projeto de reforma, notadamente no tocante à estrutura agrária; e aos segundos, que o viam somente como expressão de um insaciável empreguismo, incompatível com a modernização administrativa e com a austeridade financeira (ver Furtado, 1966; Campos, 1975; Jaguaribe, 1961). Não se trata, aqui, de ignorar a grande parcela de verdade que a tese do “obstáculo político” continha. Contudo, o desenvolvimento das pesquisas sobre o recrutamento político e a atuação legislativa dos partidos está sem dúvida corrigindo essa tese no que ela tem de demasiado unilateral, mostrando que as forças representadas no legislativo eram bem menos monolíticas, e bem mais matizadas em suas propostas do que se havia inicialmente suposto. Bem ou mal, o Congresso votou uma legislação sobre petróleo, no início dos anos cinquenta, e uma legislação sobre tarifa, em 1957, cujo conteúdo não parece compatível com um interesse oligárquico estreito e monolítico. Considerações desta natureza parecem estar estimulando estudos mais minuciosos sobre a tomada de decisões através do legislativo e também sobre a composição social deste, ou seja, sobre os processos de recrutamento político. Pita (1966) é um dos estudos mais antigos sobre recrutamento, referindo-se especificamente à assembléia carioca. Moreira (1967a, 1967b), Maduro (1971 e 1973), Leopoldi (1972a, 1972b, 1973 e 1977), Nunes (1978) também pesquisaram o recrutamento político no Rio de Janeiro. Em nível nacional, os principais estudos sobre recrutamento político são os de Fleicher (1977a e 1977b), que realizou extenso levantamento de carreiras políticas, tanto de deputados federais quanto de deputados estaduais. Menos numerosos, mas por certo não menos necessários, são os estudos a respeito de decisões específicas, vale dizer, sobre o encaminhamento e a votação de projetos no Congresso Nacional e nas assembléias estaduais. Brigagão (1971) e Santos (1971, 1973a e 1973b), são trabalhos pioneiros, neste particular. Schmitter (1971, especialmente capítulo 11) e Cardoso (1975), pesquisaram as ligações entre deputados e grupos de interesse, outro veio que permanece pouco explorado. Finalmente, quanto à discussão mais abrangente — aquela que diz respeito ao papel e às funções do legislativo dentro do

sistema político, a bibliografia existente parece já bastante volumosa, convidando a um trabalho aprofundado de avaliação e consolidação. Ela varia desde textos de feição tradicional e por vezes laudatória, como Barbosa (1977a, 1977b) até estudos conceitualmente mais rigorosos, como Abranches (1973), Packenham (1971), Mendes de Almeida (1975), Guimarães (1975), Benevides (1976) e Bahia (1977).

Partidos: organização e ideologia

É desde logo evidente que os textos anteriormente discutidos contêm freqüentes e preciosas indicações sobre organização e ideologia partidária. Se tomamos aqui estes dois termos como rubrica de uma categoria especial, é simplesmente porque nos pareceu oportuno salientar o interesse que se vem ultimamente desenvolvendo sobre a questão partidária. Os partidos de 1946 a 1965, seja pela atmosfera negativa que muitas vezes os cercou, seja por não terem desenvolvido uma organização burocrática extensa e uma atuação suficientemente contínua, praticamente não foram estudados na perspectiva aqui sugerida. A descrição que mais freqüentemente se fez deles foi a de agrupamentos ideológicos indiferenciados; de parentelas familísticas que se projetavam no domínio público; de entidades exclusivamente eleitorais e, portanto, sazonais. Não raro estas descrições se justapunham a outro conjunto de estereótipos que aparentemente as contradizia, estabelecendo-se entretanto uma coexistência pacífica, sem dúvida por ser tudo muito vago. Referimo-nos aqui à visão *classista* dos partidos: o PSD como representante da oligarquia agrária, a UDN, da classe média e da burguesia urbanas, o PTB dos assalariados de baixa renda e do operariado industrial. Poucos, entretanto, deram a esta visão classista uma feição tão afirmativa como a de Singer (1965).

É digno de nota que os estudos mais extensos sobre os partidos numa ótica organizacional referem-se a formações partidárias anteriores ao regime de 1946. Sem qualquer intenção de exaurir o assunto, poderíamos mencionar Souza (1971), Trindade (1974) e Chilcote (1974) como exemplos de estudos bastante amplos sobre partidos no período que antecede ao pluripartidarismo de 1946. Só muito recentemente, depois 1970, é que o PSD, a UDN e o PTB começaram a despertar interesse, mas ainda hoje não dispomos de um estudo sobre o PTB que possa ser comparado ao de Trindade sobre o Integralismo ou ao de Chilcote sobre o Partido Comunista. O livro de Maria do Carmo C. Souza (1976) teve o mérito de chamar a atenção para este problema, salientando a importância de se conhecer o par-

tido político como uma *organização* que se forma num espaço político ocupado por outras organizações, e que a ele deve adaptar-se. É curioso observar, retrospectivamente, que a oposição udenista percebera este problema já em 1946, não, é claro, em termos conceituais, mas sim no calor da militância. Observações sobre o papel condicionante do Estado Novo sobre a estrutura partidária nascente são freqüentes no livro de Virgílio de Mello Franco, *A campanha da UDN*, de 1946. É do mesmo ano *A política do município*, de Orlando de Carvalho, cujos capítulos finais mostram como a máquina do Estado Novo ia sendo utilizada para formar as futuras bases do PSD e do PTB. O fato, entretanto, é que esta linha de investigação não prosperou nos anos cinquenta e sessenta. Na produção recente, é necessário destacar a contribuição de Lúcia Lippi Oliveira (1973a e 1973b) sobre o PSD e a de Otávio Ducci (1977) sobre a UDN.

É também oportuno indicar aqui, naturalmente sem pretender uma cobertura completa, alguns dos trabalhos que se acham em andamento e que deverão frutificar brevemente sob a forma de teses. Assinale-se, em primeiro lugar, um novo surto de estudos sobre o integralismo, Linz (1976) e Chasin (1978) são contribuições novas. Marilena Chauí, do Departamento de Filosofia da USP, vem também estudando o tema. Acham-se também em andamento diversas monografias sobre organização partidária. No Rio Grande do Sul, Hégio Trindade vem pesquisando o Partido Libertador e a tradição oposicionista gaúcha; René Ernaine Gertz estuda os teuto-brasileiros e o integralismo no Sul do país; Celi Regina Jardim Pinto elabora tese sobre a elite republicana e o positivismo; Maria Luiza Martini trabalha sobre Alberto Pasqualini e a democracia populista; e Maria Isabel Noll estuda a rearticulação dos grupos políticos gaúchos após a Revolução de 1930. Na Universidade de Brasília, Servito Menezes vem estudando a formação e a organização do PCB em Goiás no período de 1945 a 1948. Em São Paulo, Maria Vitória Benevides Soares estuda a UDN; Luiz Jorge Werneck Viana, o PDC; Regina Sampaio, o PSP; Maria D'Alva Gil Kinzo, o atual movimento no sentido de formar novos partidos, na medida em que se delineia o fim do bipartidarismo compulsório. É ainda conveniente observar que uma das peculiaridades do sistema político anterior a 1964, a saber, a fragilidade dos grandes partidos nacionais *em São Paulo*, permanece como tema de reflexão (ver Schwartzman, 1974; Souza, 1976). Os autores do presente ensaio vêm trabalhando numa história eleitoral de São Paulo, na qual, sem dúvida, serão retomados os temas do populismo ademarista e janista e da fragilidade dos principais partidos nacionais nesse Estado.

Comportamento eleitoral e atitudes políticas

Sob esta rubrica procuramos listar, da maneira mais ampla possível, os estudos existentes sobre o comportamento eleitoral a partir de 1945. Como ficou indicado nas seções precedentes, este campo de estudo mantém profundas ligações com os clássicos do pensamento social e político brasileiro. Assim é que, mesmo nos estudos empíricos e mesmo nas mais modestas monografias, encontramos uma referência incessante à formação agrária do país, à dicotomia cidade-campo, e à gradual, mas segura, corrosão das formações sociais antigas pela urbanização e pela generalização das relações de trabalho propriamente capitalistas. Parece-nos portanto desnecessário insistir mais uma vez sobre este fio interpretativo, até mesmo porque a síntese mais abrangente que até agora se fez desses estudos, o livro *Sociedade e Política no Brasil*, de Gláucio Soares (1973), norteia-se por ele de maneira bastante explícita. Faremos, assim, apenas algumas indicações básicas, tendo em vista facilitar o manuseio das fontes arroladas neste item.

Cumpramos inicialmente distinguir entre os estudos eleitorais propriamente ditos (quer se baseiem em fontes oficiais ou em *surveys*), e outros tipos de pesquisa. Entre estes últimos, assumem especial importância os chamados estudos de “poder local”, que são em geral monografias sobre localidades específicas, narrando sua formação histórica, a constituição de sua ou suas elites dominantes, e a participação delas nos partidos e no processo eleitoral. Estes textos variam em qualidade do meramente anedótico ao altamente elaborado. São porém muito importantes, sobretudo se tomados em conjunto, porque é através deles que podemos perceber de maneira mais adequada as variações do processo político-eleitoral no espaço e no tempo; ou, se se preferir (recorrendo aqui a uma linguagem um tanto amaldiçoada) suas variações entre os pólos “tradicional” e “moderno”. É curioso observar que a ótica do “poder local” parece mais atraente para os pesquisadores dos Estados menos desenvolvidos, talvez porque aí a fusão do processo político-eleitoral com as relações sociais “tradicionais” seja bastante óbvia. De qualquer maneira, a existência deste subconjunto — poder local — dentro da literatura sobre partidos e eleições reforça nossa impressão de que o grande tema deste campo de estudos tem sido, no Brasil, o contraste entre campo e cidade, entre clientela e ideologia, ou, melhor ainda, entre as condições que dificultam e as que facilitam o advento da *incerteza* no processo político-eleitoral. Vilaça (1965), Ferraz de Sá (1974) e Carvalho (1966),

para citar apenas três, são monografias muito úteis. Carvalho (1968) e Davids (1968) permitem entrever certo grau de diferenciação nas orientações teóricas dentro do subconjunto “poder local”.

Entre os estudos eleitorais propriamente ditos, é necessário mais uma vez destacar a série publicada pela *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, notadamente nos números 8, 16, 23-24 e 43, que se referem, respectivamente, às eleições de 1958, 1962, 1966 e 1974. Os estudos da *RBEP* baseiam-se, praticamente sem exceção, em dados oficiais, e seu objetivo é quase sempre o de analisar uma eleição específica, Estado por Estado. Sem que isso diminua seu valor documental, a crítica que se lhes pode fazer é o fato de se manterem quase sempre rentes aos dados, com uma preocupação descritiva muito acentuada, e, sobretudo, de o fazerem sem a necessária padronização metodológica. Este mesmo comentário se aplica, aliás, ao volume editado por Cavalcanti e Dubnic (1964).

Existe entretanto uma outra tradição de estudos eleitorais, que se caracteriza por uma maior preocupação metodológica e teórica, e também por recorrer com certa frequência a pesquisas por amostragem. Esta tradição se inicia, a rigor, com os trabalhos de Gláucio Soares sobre a eleição presidencial de 1960 e posteriormente sobre as bases sociais do *lacerdismo*. Em 1965, o Departamento de Ciência Política da UFMG realizou um *survey*, do qual resultou, entre outros, o trabalho de Cintra (1968), que é, juntamente com os textos de Soares, uma das melhores fontes para a análise das bases sociais dos antigos partidos. Couto (1966) não se baseia em pesquisas por amostragem, mas sim numa desagregação da Guanabara segundo suas zonas eleitorais, com resultados extremamente sugestivos. O grupo de sociologia e política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem também longa experiência em pesquisa eleitoral, com dados agregados e com *surveys*, como se verifica pelos trabalhos de Trindade e Dé Cew. Outro importante projeto a ser mencionado aqui é o realizado em 1973 por Amaury de Souza e Peter McDonough, sob o título *Elites e Representação Política*, cujos resultados ainda não foram publicados. Em 1974, foram realizados *surveys* eleitorais em São Paulo, Minas Gerais e Porto Alegre (ver Lamounier, 1957a e b; Reis, 1975; De Cew, 1975 e 1977). E finalmente, em 1976, fez-se uma tentativa de certa forma original: a realização de *surveys* padronizados em quatro cidades (Presidente Prudente, em São Paulo; Caxias, no Rio Grande do Sul; Niterói, no Rio de Janeiro; e Juiz de Fora, em Minas Gerais). Os primeiros resultados acham-se em La-

mounier (1978), Trindade e De Cew (1978), Lima Jr. (1978b) e Reis (1978), e serão incluídos no volume já citado, de Fábio Wanderley Reis, *Os Partidos e o Regime*.

A contribuição que o estudo empírico do comportamento eleitoral pode fazer para a compreensão de processos políticos e históricos mais abrangentes é, naturalmente, uma questão muito ampla para ser suscitada aqui. Poder-se-ia entretanto dizer, particularmente dos estudos teóricos e metodologicamente melhor articulados, que essa contribuição tem consistido em mostrar a progressiva constituição da *cidadania*, no sentido de T. H. Marshal, à medida que se diluem os condicionamentos fundados em relações de dependência pessoal e, conseqüentemente, se instauram condições de *incerteza* no processo político-eleitoral. Diante de tais condições é que o voto se transforma, efetivamente, em recurso político valioso para amplas camadas da população, as quais passam a contar cada vez mais no conjunto de processos a que se refere o conceito de *representação*. Ao mesmo tempo, sabe-se que o comportamento eleitoral e a representação, mesmo sob condições sociais propícias e mesmo sob regimes efetivamente democráticos, não são a ante-sala do paraíso. Sendo o voto tão simplesmente uma técnica de agregar preferências e de viabilizar decisões coletivas imensamente complexas, ele não se liberta jamais de suas imperfeições específicas. Mesmo estando próxima, no Brasil, como cremos ser o caso, a superação das condições sociais que justificavam o apego quase exclusivo de nossa sociologia política aos temas do mandonismo, do coronelismo, do clientelismo, e similares, restam inúmeras outras fontes de imperfeição, de desconexão entre representantes e representados, de rarefação ideológica, e assim por diante. Incorporar estes novos temas à discussão tradicional, mostrando que, apesar das mazelas de sua formação colonial, o Brasil vive hoje problemas de qualquer sociedade complexa que procura se organizar democraticamente, será talvez a contribuição mais significativa destes estudos em sua fase atual.

Bibliografia

I. PARADIGMAS E PRINCIPAIS FONTES DE REFERÊNCIA

CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo, Difel, 2.^a ed., 1973.

———. As eleições e o problema institucional (3): Notas sobre Estado e Sociedade. *Dados*, n. 14, 1977.

CARVALHO, Orlando M. de. *Ensaio de Sociologia Eleitoral*. Belo Horizonte, Edições da RBEP, 1958.

- CINTRA, Antonio Octávio. A Política Tradicional Brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia. *Cadernos DCP*, Departamento de Ciência Política, UFMG, n. 1, 1974.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre, Editora Globo, 1958.
- GUERREIRO RAMOS, A. A dinâmica da sociedade política no Brasil. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, v. 1, n. 1, 1956.
- . *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- IANNI, Octávio. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- JAGUARIBE, Hélio. Política de clientela e política ideológica. *Digesto Econômico*, Ano VI, n. 68, 1950.
- . A renúncia do presidente Quadros e a crise política brasileira. *Rev. Brasileira de Ciências Sociais*, v. I, n. 1, 1961.
- . *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio, Fundo de Cultura, 1962.
- LAFER, Celso. *O sistema político brasileiro*. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- LAMOUNIER, Bolívar & CARDOSO, F. H. (eds.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- LINZ, Juan J. The Future of an Authoritarian Situation or the Institutionalization of an Authoritarian Regime: the Case of Brazil. In: STEPAN, Alfred. *Authoritarian Brazil*. New Haven, Yale University Press, 1973.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos. *Evolução da crise brasileira*. São Paulo, Ed. Nacional, 1965.
- NUNES LEAL, Victor. *Coronelismo, enxada e voto*. 1 ed., Rio, Forense, 1949. 2.^a ed., São Paulo, Alfa Ômega, 1975.
- PETERSON, P. J. *Brazilian political parties: formation, organization and leadership*. Ph. D. Thesis, The University of Michigan, 1962.
- REIS, Fabio W. *Political development and social class*. Ph. D. Thesis, Harvard University, 1974.
- . As eleições e o problema institucional (2): A Revolução é a geral cooptação. *Dados*, n. 14, 1977.
- SANTOS, W. Guilherme dos. As eleições e a dinâmica do processo político brasileiro. *Dados*, n. 14, 1977.
- SCHNEIDER, Ronald M. *The political system of Brazil*. New York, Columbia University Press, 1971.
- SCHWARTZMAN, Simon. Representação e cooptação política no Brasil. *Dados*, n. 7, 1970.
- . *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo, Difel, 1974.
- . As eleições e problema institucional (1): Estado e Sociedade no Brasil. *Dados*, n. 14, 1977.
- SKIDMORE, R. E. *Politics in Brazil (1930-1964): an experiment in democracy*. New York, Oxford University Press, 1967.
- SOARES, Gláucio A. D. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo, Difel, 1973.
- SOUZA, M. do Carmo C. de. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco. *Instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1951.
- WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

II. REPRESENTAÇÃO: ASPECTOS INSTITUCIONAIS

- AMADO, Gilberto. *Eleição e representação*. Rio de Janeiro, Cavalcanti Editora, 3.^a ed. (1 ed. — 1931), 1969.
- ASSIS BRASIL, Joaquim F. *Democracia representativa: do voto e do modo de votar*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 4 ed. (1 ed. — 1893), 1931.
- BONAVIDES, Paulo. Parlamentarismo, presidencialismo e partido político. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 1, n. 2, 1957.
- BRITTO, Luiz Navarro de. A representação proporcional. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 19, 1965.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Reforma do poder legislativo no Brasil*, 1966.
- CAVALCANTI, Themístocles e outros. *O voto distrital no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1975.
- CAVALCANTI, T.; SILVA, C. Medeiros & NUNES LEAL, V. *Cinco estudos*. Rio, Instituto de Direito Público e Ciência Política, FGV, 1955.
- FERREIRA FILHO, Manuel G. *A democracia possível*. São Paulo, Saraiva, 1972.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. Eleições e sistemas eleitorais. *Revista de Direito Público e Ciência Política*, v. I, n. 2, 1958.
- . Evolução dos sistemas eleitorais. *Revista de Direito Público e Ciência Política*, v. IV, n. 3, 1961.
- MANGABEIRA, João. *Poder legislativo*. Rio de Janeiro, Instituto de Direito Público e Ciência Política, FGV, 1966.
- MARTINS, Rui Nogueira. *Sistema eleitoral (subsídio para uma Revisão Constitucional)*. São Paulo, Instituto de Sociologia e Política da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, 1956.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *História e teoria dos partidos políticos no direito brasileiro*. São Paulo, Alfa-Ômega, 2.^a ed., 1974.
- MENEZES, Djacir. Representação e participação. *Revista de Ciência Política*, v. 17, n. 4, 1974.
- . Representação e Participação e a Opinião Pública Brasileira. *Revista de Ciência Política*, v. 18, n. 2, 1975.
- MOREIRA, Artur Quadros Colares. A câmara e o regime eleitoral no Império e na República. *Estudos Legislativos*, v. 1, n. 1, (1 ed., 1926), Centenário da Câmara, 1973.
- PAES DE BARROS, S. F. Os sistemas eleitorais e os partidos políticos. *Revista de Ciência Política*, v. 3, n. 1, 1969.
- REALE, Miguel. O sistema de representação proporcional e o regime presidencial brasileiro. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 7, 1959.
- RIBEIRO, Fávila. *Direito Eleitoral*. Rio de Janeiro, Forense, 1976.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Eleição, representação, política substantiva, *Dados*, n. 8, 1971.
- SILVA, Carlos Medeiros. *Sistema eleitoral e partidos políticos — Mesa-redonda*. Rio de Janeiro, Instituto de Direito Público e Ciência Política, 1956.
- SOARES, Gláucio A. D. El sistema electoral y la representación de grupos sociales en Brasil, 1945-62. *Revista Latinoamericana de Ciência Política*, v. II, n. 1, 1971.
- . Desigualdades eleitorais no Brasil. *Revista de Ciência Política*, v. 7, n. 1, 1973.
- SOARES DE SOUZA, F. Belisário. *O sistema eleitoral no Brasil — como funciona, como tem funcionado e como deve ser reformado*. Rio, Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1872.

- TRIGUEIRO, Oswaldo. A Representação Proporcional no Sistema Eleitoral Brasileiro. *Revista Forense*, v. 153, 1953.
- . A Crise do Sistema Eleitoral Brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 3, n. 6, 1959 (a).
- . A Crise Legislativa e o Regime Presidencial. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 7, 1959 (b).

III. REPRESENTAÇÃO: RECRUTAMENTO POLITICO E ATUAÇÃO PARLAMENTAR DOS PARTIDOS

- ABRANCHES, Sergio H. *O processo legislativo*. Tese de Mestrado à UnB, 1973.
- & SOARES, Gláucio A. D. *As funções do Legislativo*. Brasília, UnB, mimeo, 1972.
- BAHIA, L. H. Nunes. *Reforma constitucional e ordem autoritária: opinião política do Congresso Nacional (8.^a Legislatura)*. Tese de Mestrado ao Iuperj, 1977.
- BARBOSA, Waldemar de A. *A Câmara dos Deputados e o Sistema Parlamentar de Governo no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977 (a).
- . *A Câmara dos Deputados como fator de unidade nacional*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977 (b).
- BASTOS, Tocary A. & WALKER, T. W. Partidos e forças políticas em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 31, 1971.
- BENEVIDES, M. Victória de M. *O Governo Kubitschek — desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio, Paz e Terra, 2.^a ed., 1976.
- BRIGAGÃO, Clovis. *Poder e legislativo no Brasil: análise política da produção legal de 1959 a 1966*. Tese de Mestrado ao Iuperj, 1971.
- CAMPOS, Roberto. O Poder Legislativo e o desenvolvimento. In MENDES DE ALMEIDA, Cândido, *O Legislativo e a tecnocracia*. Rio, Imago, 1975.
- CARDOSO, Fernando H. Partidos e deputados em São Paulo (O voto e a representação política: In LAMOUNIER, B. & CARDOSO, F. H. (eds.), *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio, Paz e Terra, 1975.
- CARVALHO, M. I. Valladão de. *A colaboração do Legislativo para o desempenho do Executivo durante o Governo JK*. Tese de Mestrado ao Iuperj, 1977.
- FLEISCHER, David. O trampolim político: mudanças nos padrões de recrutamento em Minas Gerais. *Rev. de Administração Pública*, FGV, v. 7, n. 1, 1973.
- . Thirty years of Legislative recruitment in Brazil: an analysis of the social backgrounds and career advancement patterns of 1548 federal deputies, 1945-1975. Edinburgh, 10.^o Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política — IPSA, 1976.
- . A Bancada Federal Mineira: trinta anos de recrutamento político, 1945/1975. *Rev. Bras. de Estudos Políticos*, n. 45, 1977 (a).
- . A cúpula mineira na Velha República: as origens sócio-econômicas e recrutamento de governadores, vice-governadores e deputados federais. *Rev. de Ciência Política*, v. 20, n. 4, 1977 (b).
- . A redemocratização em Minas: recrutamento à assembléia Legislativa Mineira, 1947-77. *Cadernos do DCP, UFMG*, n. 4, 1977 (c).

- FURTADO, Celso. Obstáculos Políticos ao Crescimento Econômico do Brasil. *Revista Civilização Brasileira*, ano I, n. 1, 1965.
- GUIMARÃES, Cesar. *Partidos, Lei Eleitoral e Sistema Político*. Rio de Janeiro, IUPERJ, mimeo, 1975.
- LEOPOLDI, M. A. Parahyba. Sobre as funções do Legislativo (I). *Rev. de Ciência Política*, v. 6, n. 2, 1972 (a).
- . Sobre as funções do Legislativo (II): considerações empíricas sobre a função da representação política. *Revista de Ciência Política*, v. 6, n. 4, 1972 (b).
- . Carreira política e mobilidade social: o legislativo como meio de ascensão social. *Rev. de Ciência Política*, v. 7, n. 2, 1973.
- . *Estado e representação de interesses no Brasil — um estudo sobre o legislativo brasileiro e os representantes políticos na Guanabara*. Tese de Mestrado ao IUPERJ, 1977.
- MADURO, Lídice A. P. Socialização e participação política do candidato carioca. *Rev. de Ciência Política*, v. 7, n. 2, 1973.
- MADURO, L. A. P. et alii. Notas de pesquisa: estudos de representação política no Estado da Guanabara: Eleitos em 15.11.1970. *Rev. de Ciência Política*, v. 5, n. 4, 1971.
- MENDES DE ALMEIDA, Candido. *O Legislativo e a tecnocracia*. Rio de Janeiro, Ed. Imago, 1975.
- MOREIRA, M. Teresinha. A renovação dos quadros políticos na Guanabara. *Rev. de Ciência Política*, v. 1, n. 1, 1967 (a).
- . Composição do Poder Legislativo da Guanabara. *Rev. de Ciência Política*, v. 1, n. 3, 1967 (b).
- NUNES, Edson de O. Quem representa o carioca? *Dados*, n. 16, 1977.
- . Legislativo, política e recrutamento de elites no Brasil. *Dados*, n. 17, 1978.
- PACKENHAM, Robert A. Functions of the Brazilian National Congress. In: AGOR, Weston H. (ed.), *Latin American Legislatures: their role and influence*. New York, Praeger, 1971.
- PARAHYBA, M. Antonieta de A. G. et alii. Candidatos versus sistema político: notas de uma pesquisa sobre o acesso aos cargos legislativos na Guanabara. *Rev. de Ciência Política*, v. 5, n. 4, 1971.
- PITA, Nilda A. M. & ARRUDA, J. M. Composição sociológica da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara. *Rev. de Direito Público e Ciência Política*, v. 9, n. 3, 1966.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Governadores-políticos, governadores-técnicos, governadores-militares. *Dados*, n. 8, 1971.
- . Paralisia de decisão e comportamento legislativo: a experiência brasileira (1959-1966). *Rev. de Administração de Empresas*, v. 13, n. 2, 1973 (a).
- . Coalizões parlamentares e instabilidade governamental. *Rev. de Administração de Empresas*, v. 13, n. 4, 1973 (b).
- SCHMITTER, Phillippe C. *Interest conflict and political change in Brazil*. Stanford, Stanford University Press, 1971.
- VERNER, Joel G. The structure of the public careers of Brazilian legislators, 1963-1970. *International Journal of Comparative Sociology*, v. 16, n. 1/2, 1975.
- VIANNA, M. Lucía Teixeira W. Notas de pesquisa: estudo da representação política no Estado da Guanabara: candidatos eleitos no pleito de 15.11.70. *Rev. de Ciência Política*, v. 5, n. 2, 1971.
- . O candidato e o processo eleitoral. *Rev. de Ciência Política*, v. 7, n. 2, 1973.

IV. PARTIDOS: ORGANIZAÇÃO E IDEOLOGIA

- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A União Democrática Nacional, o partido em questão. *Cadernos Cedec*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1978.
- BONAVIDES, Paulo. Aspectos econômicos, históricos e sociais da crise político-partidária. *Rev. de Direito Público e Ciência Política*, v. II, n. 1, 1959 (a).
- BRITTO, L. Navarro de. *Introdução aos partidos políticos*. Salvador, Univ. Federal da Bahia, 1967.
- CARVALHO, Orlando M. de. *Política do município: ensaio histórico*. Rio de Janeiro, Agir, 1946.
- CAVALCANTI, Themístocles. Partidos políticos. *Rev. Direito Público e Ciência Política*, v. VI, n. 1, 1963.
- CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado — forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.
- CHILCOTE, Ronald H. *The Brazilian Communist Party*. New York, Oxford University Press, 1974.
- DUBNIC, V. Reisky de. A crise do sistema partidário brasileiro. *Rev. de Direito Público e Ciência Política*, v. V, n. 3, 1962.
- DUCCI, Otavio Soares. *A "União Democrática Nacional" e o antipopulismo no Brasil*. Tese de Mestrado à UFMG, 1977.
- LINZ, Juan. O integralismo e o fascismo internacional. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*, 1976.
- MADURO, Lídice A. P. O processo político partidário. *Rev. de Ciência Política*, v. 6, n. 4, 1972.
- MEIRA, Sílvio. Os partidos políticos. *Rev. de Ciência Política*, v. 18, n. 2, 1975.
- MELLO FRANCO, Virgílio de. *A campanha da UDN*. Rio de Janeiro, Ed. Zélio Valverde, 1946.
- MONTENEGRO, Abelardo. Partidos políticos Cearenses. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 22, 1967.
- MOTTA, Paulo Roberto. *Movimentos partidários no Brasil: a estratégia da elite e dos militares*. Rio de Janeiro, FGV, 1971.
- NERY, Sebastião. *As 16 derrotas que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.
- OLIVEIRA, I. R. Notas sobre o comportamento das coligações eleitorais no Brasil (1956-1962). *Dados*, n. 10, 1973.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Notas sobre o estudo do Partido Social Democrático. *Dados*, n. 10, 1973 (a).
- . *O Partido Social Democrático*. Tese de Mestrado ao IUPERJ, mimeo, 1973 (b).
- PAUPERIO, A. Machado. Os partidos políticos e seu novo regime jurídico no Brasil. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 22, 1967.
- PEREIRA, Astrogildo. *Formação do PCB*. Rio de Janeiro, Vitória, 1962.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. Contribuição para o estudo da Sociologia Política no Brasil. *Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia*. São Paulo, 1955.
- PICALUGA, Isabel Fontenelle. *Contribuição para o estudo dos partidos brasileiros: o caso da UDN da Guanabara*. Tese de Mestrado, USP, mimeo, 1978.
- QUADROS, Consuelo N. Soares de. *Os partidos políticos na Bahia da Primeira República*. Tese de Mestrado à Univ. Federal da Bahia, 1973.

- SINGER, Paul. A política das classes dominantes. In: IANNI, O. et alii. *Política e Revolução Social no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- SOUZA, Amaury de. *The Brazilian Communist Party and its National Environment*. Latin American Research Program, University of California, mimeo, 1969.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello. Processo político-partidário na Primeira República. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo, Difel, 1971.
- . O que é bom para São Paulo é bom para o Brasil? *Isto É*, n. 9, 1977.
- TRINDADE, Héglio. *O integralismo (O fascismo brasileiro na década de 30)*. São Paulo, Difel, 1974.
- VIANNA, Luiz Werneck. O sistema partidário e o Partido Democrata Cristão. *Cadernos Cedec*, São Paulo, Brasiliense, 1978.

V. COMPORTAMENTO ELEITORAL E ATITUDES POLÍTICAS

- ANDRADE, A. Drumond de. As eleições de 1958 num município: Itabira — Minas Gerais. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 8, 1960.
- ARAÚJO, Nádja N. *As bases sócio-econômicas da política em Goiás*. Brasília. Dissertação de Curso Profissional, mimeo, 1971 (a).
- . *Análise das eleições de 1945 e 1947 em Goiás*. Brasília, UnB, mimeo, 1971 (b).
- ARRUDA, Márcio. *As eleições em Goiás*. Univ. Federal de Goiás, mimeo, 1975.
- AZEVEDO, A. Fay. Os partidos políticos no Rio Grande do Sul: dois pontos de vista (I). *Rev. Brasileira de Estudos Político*, v. 1, n. 2, 1957.
- . Balanço das eleições no Rio Grande do Sul. *Rev. Bras. de Estudos Políticos*, n. 8, 1960.
- . Balanço das eleições de 62 no Rio Grande do Sul. *Rev. Bras. de Estudos Políticos*, n. 16, 1964.
- AZEVEDO, Luiz C. Viotti de. Evolução dos partidos políticos no município de S. João Evangelista. *Rev. Bras. de Estudos Políticos*, v. 3, n. 6, 1959.
- BARBOSA, Julio. As eleições de outubro de 1962 — Minas Gerais. In: CAVALCANTI, T. & DUBNIC, R. (eds.), *Comportamento eleitoral no Brasil*. Rio de Janeiro, Inst. de Direito Público e Ciência Política, FGV, 1964.
- BASTOS, Tocary A. & ROCHA, N. S. Análise das eleições de 1962 em Minas Gerais. *Rev. Bras. de Estudos Políticos*, n. 16, 1964.
- BLONDEL, Jean. *As condições da vida política na Paraíba*. Rio de Janeiro, FGV, 1971.
- BONAVIDES, Paulo. As eleições cearenses de 1966. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 23/24, 1967.
- BRANCO, Z. Significado de Araraquara no esquema político do Estado de São Paulo. *Rev. Bras. de Estudos Políticos*, n. 23/24, 1967.
- BRASILEIRO, Ana. M. As eleições de 15 de novembro de 1966 no Estado da Guanabara. *Rev. Bras. de Estudos Políticos*, n. 23/24, 1967.
- CAJUEIRO, J. & VERAS, C. As eleições em Alagoas, em 1962. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 16, 1964.
- CALDEIRA, José de Ribamar C. As eleições de 1974 no Maranhão. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 43, 1976.

- CAMARGO, Aspásia Alcântara. *Brésil Nord-Est: mouvements paysans et crise populiste*. Tese de Doutorado, Paris, 1973.
- CAMPOS, F. I. & MENEZES, M. A. de Lima G. Goiás: surpresa no voto. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 43, 1976.
- CAMPOS, Ronaldo da Cunha. As eleições em Uberaba - novembro de 1966. *Rev. Bras. de Estudos Políticos*, n. 23/24, 1967.
- CARVALHO, Carlos A. P. Rodrigues de. As eleições de 1974 em Barbacena. *Rev. Bras. de Estudos Políticos*, n. 43, 1976.
- CARVALHO, José Murilo de. Barbacena: a família, a política e uma hipótese. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 20, 1966.
- . Estudos de poder local no Brasil. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 25/26, 1968.
- CARVALHO, Orlando M. de. Os partidos políticos em Minas Gerais. *Rev. Bras. de Estudos Políticos*, v. 1, n. 2, 1957.
- CASTRO, F. F. de. A campanha eleitoral de 1958 no Piauí. *Rev. Bras. de Estudos Políticos*, n. 8, 1960.
- CAVALCANTI, T. & DUBNIC, R. As eleições de outubro de 1962: Rio Grande do Sul. In: CAVALCANTI, T. & DUBNIC, R. (eds.), *Comportamento Eleitoral no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto de Direito Público e Ciência Política, FGV, 1964.
- CHACON, Vamireh. As eleições de outubro de 1962: Pernambuco. In: CAVALCANTI & DUBNIC (eds.) *Comportamento eleitoral no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto de Direito Público e Ciência Política, FGV, 1964.
- . As eleições estaduais em Pernambuco em 1966. *Rev. Bras. de Estudos Políticos*, n. 23/24, 1967.
- CINTRA, Antonio Octavio. Partidos políticos em Belo Horizonte: um estudo do eleitorado. *Dados*, n. 5, 1968.
- . Um estudo de modernidade, ideologia e envolvimento político. *Rev. Brasileira de Estudos Político*, n. 31, 1971.
- COSTA, N. Meireles e outros. As eleições diretas de 1966 em Rio Claro, SP. *Rev. Bras. de Estudos Políticos*, n. 23/24, 1967.
- COUTO, F. Pedro do. *O voto e o povo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- CRUZ, Levy. Funções do comportamento político numa comunidade do São Francisco. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, v. 3, n. 5, 1959.
- DALLARI, Dalmo de A. Respostas do eleitorado paulista aos estímulos de uma nova ordem. *Rev. Bras. de Estudos Políticos*, n. 23/24, 1967.
- . Considerações sobre o comportamento do eleitorado paulista. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 43, 1976.
- DANTAS, Ibarê. As eleições de 1974 em Sergipe. *Rev. Bras. de Estudos Políticos*, n. 43, 1976.
- DAVIDS, Neusa Costa. *Poder local: aparência e realidade*. Tese de doutorado, Fac. de Filosofia de Rio Claro, SP, 1968.
- DE CEW, Judson. Identificação partidária e variação eleitoral em Porto Alegre 1966-1974. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*, n. 3, 1975.
- . *Political experience and electoral behavior in Brazil: R. Grande do Sul, 1950-1974*. Ph. D. Thesis, The University of Connecticut, 1977.
- FARIA, Vilmar E. As eleições de 1974 no Estado de São Paulo: uma análise das variações inter-regionais. In: LAMOUNIER, B. & CARDOSO, F. H. (eds.), *Os partidos políticos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

- FERRAZ, Francisco L. dos Santos. As eleições de 1974 e o futuro do bipartidarismo no Rio Grande do Sul. *Rev. Bras. de Estudos Políticos*, n. 43, 1976.
- FERRAZ DE SA, M. Auxiliadora. *Dos velhos aos novos coronéis*. PIMES, Univ. Federal de Pernambuco, 1974.
- FERREIRA, Oliveiros S. Comportamento eleitoral em São Paulo. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 8, 1960.
- _____. A crise de poder do 'sistema' e as eleições paulistas de 1962. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 16, 1964 (a).
- _____. As eleições de outubro de 1962: São Paulo. In: CAVALCANTI, T. & DUBNIC, R. (eds.), *Comportamento eleitoral no Brasil*. Rio de Janeiro, Inst. de Direito Público e Ciência Política, FGV, 1964 (b).
- FLEISCHER, David. Concentração e dispersão eleitoral: um estudo da distribuição geográfica do voto em Minas Gerais (1966-1974). *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 43, 1976.
- FORTES, Bonifácio. Contribuição à história política de Sergipe. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 8, 1960.
- _____. Sergipe: democracia de poucos. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 16, 1964.
- _____. Sergipe democracia de raros. *Rev. Bras. de Estudos Políticos* n. 23/24, 1967.
- GRANCO SOBRINHO, Manoel de Oliveira. Balanço das eleições de 1974 no Paraná. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 43, 1976.
- GUIMARÃES, Ari. Bahia: uma eleição sem surpresas. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 43, 1976.
- JAGUARIBE, Hélio. Que é ademarismo? *Cadernos do Nosso Tempo*, n. 2, 1954.
- _____. As eleições de 1962. *Tempo Brasileiro*, n. 2, 1962.
- KINZO, M. D'Alva G. & MIYAMOTO, Shiguenoli. *Eleições municipais de 1976: acompanhamento do processo eleitoral*. Relatório de Pesquisa, CEBRAP, mimeo, 1977.
- LAMARE, Judith, L. *Voter participation in Brazil*. Department of Political Science, UCLA, mimeo, 1970.
- LAMOUNIER, Bolívar. As razões de um resultado inesperado. *Visão*, 27 de janeiro, 1975 (a).
- _____. Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente. In: LAMOUNIER, B. & CARDOSO, F. H. (eds.), *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio, Paz e Terra, 1975 (b).
- _____. *Organização da produção, emprego e comportamento político: o caso de Salvador*. São Paulo, CEBRAP, mimeo, 1977.
- _____. Presidente Prudente, S. P.: o crescimento da oposição num reduto arenista. In: REIS, F. Wanderley (organizador), *Os partidos e o regime*. São Paulo, Símbolo (no prelo), 1978.
- LAMOUNIER, B. & REIS, F. W. As eleições de 1965: quem se lembra? *Isto É*, n. 7, 1976.
- LEÃO, Anis José. Comportamento do eleitorado de Belo Horizonte nas Eleições de 1962. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 16, 1964.
- _____. Estudo de quatro eleições de deputados em Minas Gerais. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 23/24, 1967.
- LIMA Jr., Olavo Brasil de. Evolução e crise do sistema partidário brasileiro: as eleições legislativas estaduais de 1947 a 1962. *Dados*, n. 17, 1978 (a).
- _____. Articulação de interesse, posição sócio-econômica e ideologia: as eleições de 1976 em Niterói. In: REIS, F. W. (org.), *Os partidos e o regime*. São Paulo, Símbolo, (no prelo), 1978 (b).

- MACHADO, Mário Brockman. *Political socialization in authoritarian systems: the case of Brazil*. Tese de doutoramento, University of Chicago, 1975.
- MALHEIROS, Arnaldo. O comportamento do eleitorado paulista no pleito de 1959. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 10, 1961.
- MARTINEZ-ALIER, V. & BOITO Jr., A. Enxada e voto. In: LAMOUNIER, B. & CARDOSO, F. H. (eds.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- MARTINS, Ademar. Espírito Santo: miniatura eleitoral do Brasil. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 43, 1976.
- MARTINS, Carlos Estevam. O balanço da campanha. In: LAMOUNIER, B. & CARDOSO, F. H. (eds.) *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio, Paz e Terra, 1975.
- MARTINS, Wilson. Paraná: uma incógnita. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 8, 1960.
- MENDES, Des. Simplício de Souza. O pleito eleitoral de 7 de outubro de 1962 no Piauí. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 16, 1964.
- MENEZES, Aderson de. As eleições federais de 1966: a Legislação Eleitoral e o bipartidarismo nacional. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 23/24, 1967.
- MICHETTI, Heloisa H. O jogo das forças políticas na vida de Araraquara. *Rev. de Ciência Política*, v. 2, n. 3, 1968.
- MONTENEGRO, Abelardo F. Estrutura ocupacional dos partidos políticos cearenses. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 2, 1958.
- _____. Tentativa de interpretação das eleições de 1958 no Ceará. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 8, 1960.
- _____. As eleições cearenses de 1962. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 16, 1964.
- NÓBREGA, J. F. da. As eleições de novembro na Paraíba. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 23/24, 1967.
- NOGUEIRA, Oracy. Os movimentos e partidos políticos em Itapetininga. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 11, 1961.
- PERET, J. B. et alii. O pleito de 66 em Belo Horizonte. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 23/24, 1967.
- REIS, Fábio Wanderley. As eleições em Minas Gerais. In: LAMOUNIER, B. & CARDOSO, F. H. (eds.) *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- _____. Classe social e opção partidária: as eleições de 1976 em Juiz de Fora. In: REIS, F. W. (org.), *Os partidos e o regime*. São Paulo, Símbolo (no prelo), 1978.
- REIS, Palhares M. Pernambuco e sua eleição de 1974. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 43, 1976.
- RIBEIRO, Fávila. As eleições de outubro de 1962: Ceará. In: CAVALCANTI, T. & DUBNIC, R. (eds.), *Comportamento Eleitoral no Brasil*. Rio, Inst. de Direito Público e Ciência Política, FGV, 1964.
- RIBEIRO, Telmo V. As eleições catarinenses de 1966. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 23/24, 1967.
- RIOS, José Arthur. As eleições de outubro de 1962: Guanabara. In: CAVALCANTI, T. & DUBNIC, R. (eds.), *Comportamento eleitoral no Brasil*. Rio, Inst. de Direito Público e Ciência Política, FGV, 1964.
- RODRIGUES, F. Contreiras. Os partidos políticos no Rio Grande do Sul: dois pontos de vista (II). *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, v. 1, n. 2, 1957.
- RODRIGUES, Leôncio M. *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo, Brasiliense, 1970.

- ROSA, Dora Leal. *O mandonismo político na chapada Diamantina*. Tese de Mestrado à Univ. Federal da Bahia, 1973.
- RUDIGER, S. RGS: por que o colono vota na direita? *Revista Brasileira*, n. 45, 1963.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. & SAFFIOTI, W. As eleições de 1974 em Araraquara. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 43, 1976.
- SAMPAIO, Nelson de Souza. *O diálogo democrático na Bahia*. Belo Horizonte, Estudos Sociais e Políticos, 1960 (a).
- _____. *Eleições bahianas*. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 8, 1960 (b).
- _____. As eleições de outubro de 1962: Bahia. In: CAVALCANTI, T & DUBNIC, R. (eds.), *Comportamento eleitoral no Brasil*. Rio, Inst. de Direito Público e Ciência Política, FGV, 1964 (a).
- _____. As eleições bahianas de 1962. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 16, 1964 (b).
- _____. Meio século de política bahiana. *Rev. Bras. de Estudos Políticos*, n. 20, 1966.
- _____. Perfil eleitoral da Bahia-1966. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 23/24, 1967.
- SANTOS, José Nicolau dos. Comportamento eleitoral do Paraná nas eleições de 1962. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 16, 1964.
- SANTOS, Ruy. A eleição de 1974. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 43, 1976.
- SCHWARTZMAN, Simon. Veinte años de democracia representativa en Brasil, 1945-1964. *Revista Latinoamericana de Ciência Política*, v. II, n. 1, 1971.
- SEMENZATO, Geraldo. Opinião e comportamento político: notas sobre a contribuição dos estudos empíricos. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 9, 1960.
- SILVA, Celson José da. *Marchas e contramarchas do mandonismo local*. Belo Horizonte, edição da *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, 1975.
- SIMÃO, Aziz. O voto operário em São Paulo. *Rev. Bras. de Estudos Políticos*, v. 1, n. 1, 1956.
- SOARES, Gláucio A. D. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. *Rev. Bras. de Estudos Políticos*, n. 17, 1964.
- _____. Bases ideológicas do lacerdismo. *Revista Civilização Brasileira*, ano I, n. 4, 1965.
- _____. Brasil: a política do desenvolvimento desigual. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 22, 1967.
- SOARES, Gláucio A. D. & NORONHA, M. A. C. Participação eleitoral e separação de poderes. *Revista de Direito Público e Ciência Política*, v. III, n. 1, 1960.
- _____. Urbanização e dispersão eleitoral. *Rev. de Direito Público e Ciência Política*, v. III, n. 2, 1960.
- _____. Interesse político, conflito de pressões e abstenção eleitoral. *Rev. de Direito Público e Ciência Política*, v. IV, n. 1, 1961 (a).
- _____. Interesse político, conflito de pressões e indecisão eleitoral nas eleições de 1960 no Estado da Guanabara. *Síntese Política, Econômica e Social*, n. 9, 1961 (b).
- _____. Mobilidade social e comportamento político. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 11, 1961 (c).
- _____. Classes sociais, estratos sociais e as eleições presidenciais em 1960. *Sociologia*, XXIII. 1961, (d).

- SOUZA, Alírio F. B. de. *O coronelismo no médio São Francisco. Um estudo de poder local*. Tese de Mestrado à Univ. Federal da Bahia, 1973.
- SOUZA, Amaury de. Raça e classe no Brasil urbano. *Revista de Administração de Empresa*, v. II, n. 4, 1971.
- . Determinismo social, racionalidade e o voto flutuante. *Dados*, n. 9, 1972.
- SOUZA, J. Bernardo F. de. As eleições goianas. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 16, 1964.
- SOUZA, Maria do Carmo C. & LAMOUNIER, B. Jânio Quadros: três momentos na vida de um político. *Isto É*, n. 4, 1976.
- SOUZA, Pompeu de. Eleições de 1962: decomposição partidária e caminhos da Reforma. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 16, 1964.
- THIAGO, Acácio G. S. As eleições de 1974 em Santa Catarina. *Rev. Bras. de Estudos Políticos*, n. 43, 1976.
- TRINDADE, Hélió. Padrões de comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*, n. 1, 1974.
- . Anatomia do voto em Porto Alegre. *Rev. do Inst. de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*, v. III, n. 1, 1975 (a).
- . Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul (1950/1974). In: LAMOUNIER, B. & CARDOSO, F. H. (eds.), *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975 (b).
- TRINDADE, Hélió & DE CEW, Judson. Confrontação política e decisão eleitoral. In: REIS, F. W. (org.), *Os partidos e o regime*. São Paulo, Símbolo (no prelo), 1978.
- TUPIASSÚ, Amílcar Alves. As eleições paraenses de 1962. *Rev. Bras. de Estudos Políticos*, n. 16, 1964.
- . As eleições paraenses de 1966. *Rev. Bras. de Estudos Políticos*, n. 23/24, 1967.
- . As eleições paraenses de 1974. *Rev. Bras. de Estudos Políticos*, n. 43, 1976.
- VEADO, J. Távora. Interpretação da curva de variação do eleitorado de Minas Gerais (1945-1955). *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 10, 1961.
- VEIGA, Gláucio et alii. Geografia Eleitoral de Pernambuco. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 8, 1960.
- VILAÇA, M. V. & ALBUQUERQUE, R. *Coronel, coronéis*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965.
- XAUSA, L. & FERRAZ, F. As eleições de 1966 no Rio Grande do Sul. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, n. 23/24, 1967.
- WEFFORT, Francisco C. Raízes sociais do populismo em São Paulo. *Rev. Civilização Brasileira*, n. 2, 1965.